



Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico. ISSN: 2446-6778
Nº 5, volume 5, artigo nº 135, Julho/Dezembro 2019
D.O.I: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v5n5a135>
Edição Especial

RETENÇÃO OU PROGRESSÃO ESCOLAR: O DILEMA DE PAIS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Jeanne Fonseca Leonardo¹

Licenciada em Educação Física
Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior
Pós-Graduada em Gestão Educacional Integrada

Gilmara Moreno Furtado²

Licenciada em Pedagogia
Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior
Pós-Graduada em Desenvolvimento Infantil e seus Principais Transtornos

¹Licenciada em Educação Física, Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Docência do Ensino Superior e Gestão Educacional Integrada, Itaperuna (RJ), e-mail: jeanne.edf@gmail.com

²Licenciada em Pedagogia, Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Docência do Ensino Superior e Desenvolvimento Infantil e seus Principais Transtornos, Itaperuna (RJ), e-mail: gigi_itaperuna@hotmail.com

Resumo

A retenção e a progressão escolar são um debate constante no atual meio educacional atual, no qual o modelo de ensino ou metodologia adotado pela escola pode influenciar nos resultados obtidos por alunos com dificuldades de aprendizagem de modo positivo ou negativo. Neste sentido a revisão bibliográfica apresentada a seguir tem por objetivo compreender como os pais ou responsáveis de estudantes com tal situação enxergam as dificuldades dos filhos e sua percepção entre qual meio de ensino pode colaborar mais com o desenvolvimento do mesmo. Não há ainda uma singularidade de opiniões de pais deste grupo de alunos acerca deste tema, o que se pode afirmar é que, a falta de conhecimento mais profundo é o maior entrave para que eles possam ajudar estas crianças de forma correta.

Palavras-chave: Retenção escolar; Progressão escolar; Dificuldades de aprendizagem; Pais e responsáveis.

Abstract

School retention and school progression are a constant debate in the current educational environment, where the teaching model adopted by the school can influence the results obtained by students with learning difficulties in a positive or negative way. In this sense, the bibliographic review presented below aims to understand how the parents of students with this type of problem see the difficulties of the children and their perception among which means of teaching can collaborate more with the development of the same. There is not yet a singularity of parents' opinions of this group of students on the subject, what can be said is that the lack of deeper knowledge is the biggest hindrance so that they can help these children properly.

Key words: School retention; School progression; Learning difficulties; Parents and guardians.

INTRODUÇÃO

Educar é uma prática surgida nos primórdios da humanidade, que ao longo do tempo assumiu diferentes dimensões. Uma delas, a do processo de aprendizagem desenvolvido dentro do ambiente escolar, evolui de tempos em tempos, para que um número maior de crianças e adolescentes possam ser inseridos e se mantenham dentro deste sistema.

Contudo, a manutenção de parte deste grupo dentro das escolas traz consigo grandes dificuldades e discussões, onde se encontram os alunos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem, que por vezes não conseguem acompanhar a mesma turma ao longo dos anos devido à retenção escolar.

Durante ao exposto, a principal questão a ser debatida neste artigo é entender como os pais lidam com a dificuldade de aprendizagem dos filhos, no âmbito da retenção e progressão escolar. Onde, para alcançar tal entendimento, têm-se como objetivos secundários explicar ambos os conceitos acerca da dificuldade de aprendizagem e por último pontuar de modo sucinto os caminhos geralmente seguidos pelas famílias para assessorar a criança com este problema dentro do seu desenvolvimento de ensino.

Para tal, esta pesquisa tem como metodologia uma revisão bibliográfica (GIL, 2008) do

tema, descritivo-explicativa, com o uso de artigos, livros e demais publicações voltadas a este dilema do ciclo de ensino nas escolas públicas e particulares na atualidade.

Justifica-se toda esta pesquisa e conseqüentemente seus objetivos por se tratar de um realidade enfrentada por todo e qualquer profissional inserido dentro do sistema educacional em algum momento de sua caminhada na formação de novos cidadãos. Em que compreender os principais caminhos a se seguir com cada grupo de alunos e de pais pode ter como resultado uma maior chance de sucesso para todos os envolvidos no processo.

DESENVOLVIMENTO

Retenção e progressão escolar

O termo reter remete a prática de conter, de não dar continuidade, seja ela temporária ou definitiva. Por sua vez, no meio educacional esta ação é utilizada para interromper o prosseguimento de um determinado estudante dentro do processo de ensino, como também quando o mesmo interrompe seus estudos por conta própria.

De acordo com Freitas (2010, p. 1) trata-se de:

Mecanismo de suspensão da progressão regular no processo de escolarização de estudantes geralmente associado a rendimento (aproveitamento e ou frequência) insatisfatório ou situação de trancamento de matrícula. Embora comumente empregado como sinônimo de reprovação, o termo nomeia também outras práticas institucionais de cerceamento do prosseguimento regular do percurso escolar que são usuais em diferentes formas de organização do ensino (seriada, ciclada, disciplinar, modular, periodizada, por etapas ou fases), por meio de recursos como os de classificação, reclassificação, repetência ou imobilidade temporária na trajetória dos sucessivos avanços institucionalizados. O emprego desse mecanismo também se materializa informalmente mediante emprego de critérios de estratificação na composição de turmas (classes), nas formas de organização de ensino que requerem o regime de progressão continuada.

Dentro desta esfera, cabe um conceito variável e amplo que caminha de mãos dadas com a importância da definição dos meios avaliativos destes estudantes, que recai no antigo debate entorno das avaliações escritas realizadas a cada bimestre, e se a decisão da progressão daquele indivíduo no sistema de ensino deve se dar somente por este tipo de critério ou não.

Durante as duas últimas décadas este paradigma continua sendo modificado dentro da estrutura do ensino público brasileiro, em que diferentes pesquisas trazem à tona efeitos negativos na saúde psicológica, social e cultural dos alunos que tem seu prosseguimento travado por algum motivo, como também altos índices de abandono escolar por esta causa (GLÓRIA, 2002).

Pode-se afirmar que o desenvolvimento do estudante, principalmente nos primeiros ciclos de ensino, vai muito além de uma determinação regida pelas legislações vigentes, mas sim para

“assegurar minimamente aos alunos não só conhecimentos, como também habilidades cognitivas e competências sociais” (SILVA et al., 1993, p. 6).

O Conselho Nacional de Educação já há alguns anos, sugeriu a eliminação da reprovação nestes primeiros anos de estudos, como exposto pela página Todos pela Educação (2011):

No apagar das luzes do governo Lula, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, homologou a recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE) que acaba com a reprovação nos três primeiros anos do ensino fundamental e cria o Ciclo de Alfabetização e Letramento.

Já a partir deste semestre, gestores de todas as escolas do Brasil podem decidir se continuam com o sistema seriado, mantendo a possibilidade de reprovação, ou se adotam a recomendação. A medida foi tomada, segundo a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Maria do Pilar Lacerda, a partir da constatação de que muitas crianças são reprovadas no primeiro ano (...).

A partir destas recomendações, de outros estudos e da vivência diária do enfrentamento das dificuldades causadas pela “exclusão” do aluno ao realizar sua retenção, muitas escolas assumiram um modelo de progressão continuada, onde o mesmo tem um tempo maior para ter sua capacidade analisada, e não em bimestres e anos letivos como no modelo tradicional. Além disso, surgem em casos ora locais, ora regionais, ora específicos, alternativas para reduzir os danos causados pelo desacoplamento de um estudante de uma turma, de um ciclo e de uma rotina ao longo dos anos dentro das instituições de ensino.

A opção da progressão continuada é resguardada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1996), e divide opiniões mundo a fora, pois para muitos ainda é complexo compreender como um indivíduo que rotineiramente tem dificuldade de acompanhar as atividades de um determinado grupo, pode se manter ali inserido no médio e longo prazo. De acordo com Arroyo (2000, p. 39 apud GLÓRIA, 2002, p. 52):

A resistência a redefinir o sistema seriado, os currículos gradeados, a dar centralidade à cultura, à ética, à estética, ao corpo, à socialização, bem como a resistência a repensar a cultura de reprovação, encontram uma justificativa democrática e igualitária.

Para muitos(as) professores(as) das escolas e da academia, essas medidas inovadoras são vistas com medo e até são redefinidas em sua radicalidade, sob o pretexto de que negariam aos setores populares o domínio das competências necessárias para enfrentar, em igualdade de condições, a seletividade e competitividade da sociedade e do mercado.

É indispensável relatar que a prática da não reprovação escolar, não vem de encontro com a lógica de que a criança ou adolescente simplesmente prossiga ao longo dos anos dentro da instituição sem aprender e assimilar os conhecimentos. Todos os profissionais ali inseridos necessitarão de uma mudança drástica de logística de trabalho, a fim de criar programas de aceleração do ensino, metodologias próprias e outras ferramentas para que aquele processo não se torne uma prática de não aprendizagem.

Colocação esta que vai de encontro com a importância do conhecimento dos educadores, psicopedagogos, diretores e demais membros do meio escolar, de como lidar com estes indivíduos, onde é prioritário que eles estejam aptos a identificar e intensificar a atenção quando notada alguma dificuldade de aprendizagem por um estudante ou por um grupo deles (GLÓRIA, 2002).

A identificação precoce, como também a busca mais profunda daquela causa, onde se coloca que o problema pode não ser somente uma questão de saúde, como também um dilema criado pelo meio social em que aquele se está envolvido, é primordial para chegar a soluções possíveis daquele contexto.

Conceitos e definições sobre a dificuldade de aprendizagem

A dificuldade de aprendizagem é um termo que busca ser entendido há décadas no meio educacional, e que geralmente deve ser pensado como um problema advindo não de uma única causa, mas por vezes de um conjunto delas, que pode provir do meio social externo aos muros da rede de ensino. Smith e Strinck (2001, p. 15 apud TORRES et. al., 2016, p. 116) afirmam que:

Muitas crianças com dificuldade de aprendizagem também lutam com comportamentos que complicam suas dificuldades na escola. A mais saliente dessas é a hiperatividade, uma inquietação extrema que afeta 15 a 20% das crianças com dificuldades de aprendizagem. Alguns outros comportamentos problemáticos em geral observados em pessoas jovens com dificuldade de aprendizagem são os seguintes: fraco alcance, dificuldade para seguir instruções, imaturidade social, dificuldade com a conversação, inflexibilidade, fraco planejamento e habilidades organizacionais, distração, falta de destreza e falta de controle dos impulsos.

Coloca-se que as dificuldades de aprendizagem não formam uma classe homogênea e podem ser definitivas ou somente transitarem em algum instante no desenvolvimento do indivíduo, e estão ligadas a déficits funcionais do raciocínio lógico, linguagem, disfunção na atenção, percepção e cognição, sendo trabalhadas de acordo com seu nível de gravidade (BOSSA, 2000).

Nos primeiros anos de ensino é comum que as pinturas e trabalhos propostos às crianças, antes mesmo de conhecerem as primeiras letras e números, sejam elogiados pelos pais e educadores. Contudo o problema se observa justamente quando as atividades posteriores a esta fase, não são executadas com a mesma facilidade. Ressaltando-se aqui a importância do incentivo e estruturação correta dos pais para com o processo de ensino-aprendizagem dos filhos.

A busca de um profissional especializado para compreender se aquela dificuldade em realizar uma tarefa advém de questões emocionais, de uma dinâmica errada dos professores ou de outros pontos externos, se faz indispensável antes de somente se julgar aquele ser como um aluno “problema” ou um aluno que realmente tem algum déficit intelectual (BOSSA, 2000).

Muitas das vezes o estudante se sente tão transtornado ao ser percebido como aquele que não consegue cumprir um exercício que se sente frustrado e busca meios para expor esta situação através da agressividade ou do afastamento proposital do ensino, dentre outras saídas, que podem até gerar um estágio depressivo e de repressão do mesmo.

Quando comprovada a dificuldade de aprendizagem não somente por questões externas ao indivíduo, torna-se necessário saber identificar e compreender sua origem. Nesse sentido podem-se citar como principais o TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, a dislexia, a discalculia, disgrafia, dentre outros (BORINE, 2015).

A criança com TDAH apresenta um transtorno no lóbulo frontal, área responsável pela organização e determinação do comportamento, que segundo estudos pode estar ligado a um problema genético ainda não especificado. Deste modo esta patologia leva a uma dificuldade da mesma em seguir planejamentos propostos, por vezes este ser usa a fala egocêntrica para tentar acompanhar e reorganizar seus comandos a fim de acompanhar os planos traçados (BOSSA, 2000).

No caso da dislexia o problema advém do sistema nervoso, através da genética, sendo assim hereditária. Ela causa dificuldade na identificação e entendimento de símbolos, incluindo as letras e os números, o que gera atraso na fala e na leitura, além de comprometer tarefas simples como praticar esportes e conseguir ver as horas. De acordo com estudos, não há déficit intelectual no paciente com este transtorno, pode ocorrer até mesmo dele apresentar uma média superior aos demais quando tratado da forma correta (BORINE, 2015).

Como transtornos mais específicos há a discalculia (dificuldade no aprendizado de matemática) e a disgrafia onde a criança tem problemas na hora de escrever as letras e palavras, geralmente apresenta uma grafia ruim e vários erros por este motivo, onde ainda tende a realizar a escrita no sentido contrário, diga-se horário (BORINE, 2015).

Todos estes problemas, quando diagnosticados, devem ser acompanhados e tratados de formas específicas, já que cada um provém de um sistema diferente, o que requer um cuidado de profissionais capacitados e prontos a tratá-los, além do auxílio dos professores e familiares neste processo.

A escola por sua vez, deve apresentar uma estrutura que permita o desenvolvimento deste grupo de aluno, onde colocamos aqui não só os profissionais, como também estrutura física e plano político pedagógico dinâmico e adequado. De acordo com Nepomuceno e Bridi (2010, p. 7):

Se o professor o tratá-lo como incapaz, não será bem-sucedido, não permitirá a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Se o professor, mostrar-se despreparado para lidar com o problema apresentado, mais chance terá de transferir suas dificuldades para o aluno. Isto porque, conforme já apontado, os estudos mostram que muitos alunos apresentam dificuldades de aprendizagem muitas vezes por não acreditarem no seu potencial para o estudo.

Onde Nepomuceno e Bridi (2010, p. 8), ainda explicam que:

Não há como definir qual o melhor método específico para ensinar uma criança que apresente dificuldades de aprendizagem. O melhor é aquele ao qual a criança mais se adapta, cabe ao professor identifica-lo utilizando, se possível, variações metodológicas dentro da sala de aula.

Junto a efetividade e esforço da escola e de seus educadores, faz-se de suma importância, como já levantado anteriormente neste estudo, que os pais se desenvolvam junto aos filhos no sentido de colaborar com sua melhora e crescimento dentro e fora do ambiente escolar, em que se deve frisar que a formação de um indivíduo acontece em diferentes ambientes que são ao todo complementares e importantes.

O dilema de pais de crianças com dificuldades de aprendizagem em relação à retenção e progressão escolar

Para trabalhar com este ponto delicado do processo de ensino, diga-se o papel dos pais de alunos, deve expor que a estruturação familiar na sociedade em geral está constantemente em mudança. Hoje são comuns famílias formadas por mães solteiras, a figura paternal como referência em casa, tal como famílias formadas por mais de uma mãe ou pai.

Lidar com este contexto atual e unir a ele as dificuldades e particularidades de cada tipo de esfera familiar são indispensáveis para entender a assistência que estes mesmos podem ou não proporcionar aos filhos. Outros pontos como condições econômicas, culturais e problemas de saúde dos pais também podem influenciar diretamente no desenvolvimento de seus dependentes (BAZILIO, 2009).

Alguns autores afirmam que onde há uma estrutura familiar com um menor nível de conhecimentos, estudos e desenvolvimento social como um todo, tende-se a ter menor apoio apropriado dos responsáveis junto aos alunos com transtornos de aprendizagem. Nestes casos, por vezes, os pais veem a ação da retenção escolar de forma positiva, como afirma Jacomini (2010, p. 899):

A principal justificativa de pais e alunos para defender seu posicionamento contrário à progressão continuada é o fato de muitos alunos serem promovidos sem ter aprendido de forma adequada os conteúdos escolares. Eles argumentam que é necessário haver reprovação porque os alunos não podem ser promovidos se não alcançaram os objetivos estabelecidos para cada ano letivo. No imaginário de muitos pais e alunos, a reprovação aparece diretamente vinculada a uma segunda e “garantida” oportunidade de aprender. Acreditam também que a reprovação é uma medida importante para pressionar os alunos a estudar, contribuindo para a aprendizagem.

Jacomini (2010, p. 899), ainda complementa que:

A maioria dos alunos vê a reprovação como algo necessário à escolarização e, em certo sentido, bom, porque “ajuda os alunos que não sabem”. “É bom porque se a gente repetir tem mais uma chance pra aprender”; “Pra poder ajudar os alunos que não sabem, que não aprenderam”. Na percepção desses alunos, a reprovação é um meio para garantir a aprendizagem, por isso não deve deixar de existir.

Uma ponderação que é realizada frequentemente a este grupo de pais e a todos os outros com filhos com dificuldades de aprendizagem, devido a um entendimento conturbado da progressão escolar, é a de que sem o tratamento, incentivo e apoio adequados de todas as partes, o aluno mesmo repetindo o ano não conseguirá sozinho, na maioria dos casos, solucionar uma patologia por vezes clínica, ligada a diferentes sistemas do corpo humano (GLÓRIA, 2002).

Como colocado por Jacomini (2010), muitos pais compreendem que a reprovação é uma forma de pressionar o filho a estudar. Contudo eles não conseguem enxergar que a dificuldade de aprendizagem nestes casos, não estão ligadas somente a falta de esforço dos mesmos, onde este estímulo e posicionamento ora equivocados dos responsáveis pode ao invés de incentivar, levar estes a se afastarem ainda mais da escola.

Assim, Santos (2014, p. 29) coloca que:

Atualmente temos várias instituições escolares que tem oferecido ajuda aos pais, buscando orientá-los através de palestras informativas sobre o que percebem ser necessário para o melhor desenvolvimento de seus filhos e lhes oferecendo apoio sempre que necessário, já que estão cada vez mais ocupados em seus afazeres, na luta pela sobrevivência e o tempo que dispõem para estarem próximos dos filhos se tornou bem escasso.

Quando a família tem este tipo de apoio, como também quando a estrutura familiar é melhor e há o entendimento dos transtornos de aprendizagem como um problema que deve ser trabalho por todos, os índices de aceitação da progressão escolar passa a ser maior, mesmo sendo ainda muito debatida entre escola e família, ora por questões estruturais, ora por falta de tempo do segundo grupo em incentivar e trabalhar para com o filho (SANTOS, 2014).

Em meio a este dilema, segundo a pesquisa de Chechia e Andrade (2005), vários pais buscam ainda justificar as dificuldades dos filhos ou apresentar como fator complicador de seus problemas, a má formação dos professores para lidar com as crianças e até mesmo a falta de profissionais especializados dentro da escola para assessorá-los. Este grupo tende a demonstrar esforço em ajudar seus dependentes, mas em alguns contextos não tem como trocá-los de escola e não vê caminhos adequados para a atual instituição realizar seus cuidados, o que faz com que surjam divergências e dúvidas sobre a capacidade da mesma em aplicar métodos de progressão continuada.

No estudo de Chechia e Andrade (2005, p. 436), um detalhe soa muito interessante quanto

ao colocado no parágrafo anterior, onde:

Observamos um relato interessante no qual a falta de orientação sobre a dificuldade de aprendizagem da filha é tão grande que a mãe se dispõe a concordar com a professora em levá-la para uma escola especializada, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Mais que a anuência da mãe com tal atitude da professora, surpreende a falta de conhecimento específico sobre dificuldades de aprendizagem, possivelmente devido a falhas no curso de formação de professor, ao tomar a decisão de encaminhar crianças que apresentam dificuldades, em lugar de fazerem um plano de ensino diferenciado; especialmente no momento atual, em que a luta dos educadores é pela inclusão. Possivelmente por desconhecimento, os pais acabam concordando: sem saber o que fazer e com a preocupação de ver o filho atingir um bom rendimento, concordam com a atitude da professora, sem nenhuma objeção (...).

Orientação errada de professores dificulta o processo de desenvolvimento dos alunos e piora amplamente a visão dos pais sobre o real problema dos filhos. A escola regular pode e deve ter condições de lidar com os transtornos de aprendizagem e este medo por parte dos educadores em enfrentar o problema, deve ser reduzido por meio da intervenção dos gestores com a aplicação de capacitações específicas para isso. Para Luck et. al. (2002, p. 18):

Aos responsáveis pela gestão escolar compete, portanto, promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania.

O que se tem, mediante aos pontos levantados, é que a maioria das famílias, independentemente de seu modelo estrutural, tende a querer ajudar seus filhos, mas para isso é necessário que a escola tenha realmente esta mesma consciência.

Outro fator importante para trabalhar com a visão dos pais de alunos com dificuldades de aprendizagem é a sua própria capacidade de se livrar do paradigma do mundo de hoje que através da modernidade tende a buscar “seres humanos perfeitos”, com altos padrões. A preocupação com o que terceiros estão pensando e como se julga os problemas dos filhos precisa ser deixado de lado, independente de qual opção de ensino se decida adotar para aquela criança.

Uma família, mais preocupada com a opinião dos outros do que com o cuidado em si de seus dependentes, tem por tendência tomar decisões erradas no que tange ao desenvolvimento intelectual daquela criança. Sobre este ponto Salvari e Dias (2006, p. 252) enfatizam que:

(...) o sucesso da criança ao enfrentar as difíceis tarefas subjetivas ao longo do seu desenvolvimento depende, em grande parte, das condições psicológicas que os pais lhe oferecem, sem esquecer que as próprias experiências infantis dos pais, assim como a sua relação conjugal, são fatores importantes no processo de interação com a criança. Vemos, deste modo, como os laços familiares são essenciais para a estruturação psíquica desde os primeiros momentos da vida.

Em meio a este contexto é indispensável que os responsáveis e seus filhos, estejam dispostos a aceitar o auxílio de profissionais específicos das áreas de psicologia, pedagogia, dentre outros, para encontrar o melhor caminho de trabalho dentro e fora da escola, em que cabe a parte destes profissionais elucidarem nos pais a compreensão real do que trata a progressão escolar e a retenção, sem impor um padrão, mas sim criando oportunidades para que eles tomem decisões de modo consciente.

Uma pesquisa realizada em 155 cidades do Estado de São Paulo, no ano de 2017, divulgada em matéria pelo Portal de Notícias Online G1 (2017), sobre a qualidade do ensino e a aprovação de pais, professores e crianças referente à progressão continuada, onde a maior parte vê a opção de ensino de modo negativo, diz muito sobre a necessidade de explicação e aprofundamento no assunto nos próximos anos.

Nesta mesma pesquisa (G1, 2017), fica evidenciado o ponto chave aqui colocado, de que ainda falta uma estruturação melhor deste novo modelo de ensino, por parte da escola e dos educadores, para que ele consiga trazer mais resultados positivos do que negativos, como levantado por vários entrevistados durante o desenvolvimento do citado estudo.

Ao incluir neste tipo de pesquisa a vertente dos alunos com dificuldade de aprendizagem, onde boa parte dos resultados negativos encontrados pode ser reflexo deste fator, ressalta-se que o posicionamento dos pais poderia ser alterado mediante a oportunidade de entenderem melhor quais as dificuldades específicas dos filhos, papel este que cai sobre a qualidade do ensino público que as instituições brasileiras ofertam. Somente por meio deste caminho há meios para se optar pelo método de intervenção e interação adequados para garantir o desenvolvimento daquela criança enquanto aluno, ser pensante e futuro propagador de conhecimento no meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de aprendizagem não devem ser pensadas sem o apoio de profissionais especializados, capazes de discernir se a dificuldade é causada por alguma patologia específica ou por questões advindas do meio social da criança. Há de se ter muito cuidado para não excluir automaticamente aquele indivíduo sem antes buscar métodos para conseguir garantir seu desenvolvimento de ensino.

Constata-se que o processo educacional busca meios para se adequar, de modo a permitir a inclusão deste grupo de alunos, mas que o modelo de progressão continuada como substituto daquele que prezava pela retenção escolar, ainda esbarra em forte resistência, até mesmo dos próprios educadores por falta de treinamento e capacitação para desenvolvê-lo.

Portanto, não há um padrão uniforme de opiniões sobre as práticas de retenção ou progressão escolar no que tange ao entendimento dos responsáveis por alunos com dificuldades

de aprendizagem, mas sim o que se pode compreender de acordo com as pesquisas é que o passo primordial para que uma família consiga lidar com esta situação é buscar caminhos para trabalhar com seu filho e apoiá-lo.

Brasil já é comum o uso da progressão continuada, na tentativa de criar uma rede de ensino inclusiva, mas quebrar o tabu existente na cabeça dos pais de que deste modo à criança passa de ano sem aprender, ainda é um debate assíduo e longo, não sendo possível definir se este método no futuro será taxado como um avanço ou mais uma tentativa equivocada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p. 33-40, jan. 2000.

BAZILIO, Rosa Maria Galvão. **O desinteresse dos alunos e o papel dos pais com o processo de ensino-aprendizagem no contexto da gestão escolar**. 2009. Monografia de especialização (Pós-Graduação Lato-Sensu em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Cruzeiro do Oeste, PR, Brasil.

BORINE, Rita de Cássia C. Considerações gerais sobre dificuldade de aprendizagem. **Revista Eletrônica FACIMEDIT**, v2, n2, jul/dez 2015.

BOSSA, Nádia. **Dificuldades de Aprendizagem: o que são e como tratá-las**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHECHIA, Valéria Aparecida; ANDRADE, Antônio dos Santos. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 431-440, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n3/a12v10n3.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **Retenção escolar**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. **“A escola dos que passam sem saber”**: a prática da não-retenção escolar na narrativa de professores, alunos e familiares. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC- Minas, Belo Horizonte.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Por que a maioria dos pais e alunos defendem a reprovação? **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.895-919, set./dez. 2010.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

LUCK, Heloisa; FREITAS, Katia Siqueira de; SHERRY, Robert G. E. **A escola participativa: o**

trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

MEC recomenda que escolas deixem de reprovar. 2011. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/13406/mec-recomenda-que-escolas-deixem-de-reprovar>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

NEPOMUCENO, Camila Patrícia; BRIDI, Jamile Cristina Ajub. O papel da escola e dos professores na educação de crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 9, n. 1, jul. de 2010. Disponível em: <www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/download/1273/627>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

Pais, alunos e professores são contrários à progressão continuada no ensino público de SP, aponta pesquisa. Portal de Notícias G1. Publicado em 23/10/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/pais-alunos-e-professores-sao-contrarios-a-progressao-continuada-no-ensino-publico-de-sp-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

SALVARI, Lúcia F. Carvalho; DIAS, Cristina M. de Souza Brito. Os problemas de aprendizagem e o papel da família: uma análise a partir da clínica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, p. 251-259, julho – setembro de 2006.

SANTOS, Leila Pereira dos. **A família e o desenvolvimento da criança com diagnóstico de dificuldade de aprendizagem**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás.

SILVA, Rose Neubauer da, et al. O descompromisso das políticas públicas com a qualidade do ensino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 84, p. 5-16, fev. 1993.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TORRES, Niquelle Leite; SOARES, Tathiana Santos; CONCEIÇÃO, Fábio H. Gonçalves. **Dificuldade de aprendizagem: além do muro escolar**. FAMA – Faculdade Amadeus. II Encontro Científico Multidisciplinar da Faculdade Amadeus – Aracaju/SE, 17 e 18 de maio 2016.